

Vidigal diz a Figueiredo que

Da sucursal de
BRASÍLIA

A indústria nacional vive um quadro recessivo, em virtude dos altos custos financeiros, da lei salarial, do desaquecimento de obras governamentais com possibilidade de aproveitar grandes contingentes de mão-de-obra, e da política de expansão da base monetária via limitação do crescimento dos empréstimos.

A denúncia foi feita, ontem, ao presidente João Figueiredo, pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, durante audiência, no Palácio do Planalto, quando ele defendeu uma alteração na lei salarial na parte que diz respeito à concessão de reajuste de 110% do INPC para quem ganha até três salários mínimos. "Eu acho que a semestralidade não deve ser alterada, e os aumentos poderiam ser até em períodos mais curtos, porque numa inflação acima de 100% é inaceitável a correção anual", afirmou.

O presidente da Fiesp informou a Figueiredo que o índice de desemprego na Grande São Paulo, somente no setor industrial, atinge hoje 8,1% em relação a 30 de outubro de 1980, e que o setor fechou o mês de abril com um índice negativo de vendas de 1,5%, pela primeira vez nos últimos 12 anos. "A verdade é que a indústria, hoje, está no fim, no limite, e uma recessão não beneficiará ninguém".

No entanto, para Vidigal o quadro econômico-financeiro do País é bastante positivo. "Acho que os resultados estão aí, e não há dúvida nenhuma de que a inflação está aparentemente sob controle, o nível de atividade geral é razoável e me parece que, se formos analisar os resultados da macroeconomia, eles são positivos. O grande drama é que, dentro desse quadro, a indústria deu uma grande colaboração, que agora chegou a seu limite máximo, se não ocorrer algo muito mais grave", salientou.

Em sua opinião, as indústrias automobilística e eletroeletrônica deram uma grande contribuição para a política de combate à inflação e foram os setores por ela mais afetados, apresentando hoje um índice de desemprego bastante alto e suas vendas, embora tenham reagido, não reagiram o suficiente ou o que se esperava.

"Eu acredito — disse o presidente da Fiesp — que, a partir do segundo semestre, elas devem melhorar. Mas, até agora, a indústria automobilística e a de componentes eletroeletrônicos foram os setores onde se notou maior índice de desemprego. A indústria de bens de capital, por exemplo, já vem sendo desaquecida desde meados do ano passado. A indústria de serviços está sofrendo agora, e este é um setor que está sendo atingido essencialmente pela lei salarial."

Cálculos feitos pelos técnicos da Fiesp indicam que, com a atual lei salarial e uma

inflação acima de 60%, o trabalhador que ganha até três salários mínimos terá um aumento real da ordem de 100%. "E onde é que você vai descontar isso?" — perguntou Vidigal. "Evidentemente que é nos preços. Então, com essa lei salarial, ninguém vai comer, porque os custos estão indo para os preços. A lei salarial, hoje, é um agente acelerador do desemprego, e não há dúvida nenhuma disso. E diminuindo a produção, ela não provoca estabilidade social".

Apesar de reclamar dos altos custos financeiros, o presidente da Fiesp mostrou-se contrário ao tabelamento dos juros ou dos preços, "porque são medidas artificiais, que contrariam frontalmente o regime de livre iniciativa e não existe de minha parte qualquer intenção de intrigar, discutir ou agredir o lucro. Mas é necessário que haja um diálogo entre os banqueiros, os industriais, os agricultores, os comerciantes e o governo, que também é parte interessada, pois, afinal, a inviabilidade do setor industrial e comercial vai, a médio e longo prazos, prejudicar o sistema financeiro. Mas não é artificialmente que vamos resolver o problema de juros e preços e o da própria inflação. Se fosse assim, nós resolveríamos o problema da inflação por decreto".

DIFÍCULDADES

O presidente da Fiesp reconheceu a dificuldade de o Executivo tomar decisões econômicas de caráter impopular num ano pré-eleitoral, mas disse acreditar que a população brasileira saberia compreendê-las, especialmente no que se refere a modificações nas legislações previdenciária e salarial, se elas se fizerem necessárias. No caso específico do reajuste de 110% d- INPC para quem ganha até três salários mínimos, a Fiesp se responsabilizaria pelos ônus, políticos, se os técnicos que estudam o assunto chegarem à conclusão de que está provocando o desemprego.

Vidigal defendeu a credibilidade dos índices de emprego na indústria paulista, que foram postos em dúvida pelo ex-presidente da Anfavea, Mário Garnero, após encontro com o presidente da República, na semana passada. "Posso garantir que, no que diz respeito ao setor industrial, esse índice tem 90 a 95% de credibilidade. Não tenho a menor dúvida. Para a Federação essa opinião não altera nada, e vamos continuar divulgando mensalmente os números."

Na audiência com o presidente Figueiredo, Vidigal tratou, também, dos problemas orçamentários do Sesi e Senai, cuja arrecadação caiu cerca de 60% e a despesa de pessoal aumentou 110%. "Já suspendermos praticamente todas as obras, fomos obrigados a demitir alguns funcionários, e se não acharmos uma solução, teremos um número de demissões bastante maior", afirmou.

16 JUN 1981

O ESTADO DE S. PAULO — 35

há recessão